



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: TURISMO

ANÁLISE DO USO PÚBLICO DA ÁREA DE LAZER DO
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA – ÁGUA MINERAL

ANNA AMÉLIA COELHO CARNEIRO
RA: 2042029/2

PROF. ORIENTADOR: LUIZ DANIEL M. JUNQUEIRA

Brasília/DF, outubro de 2007

ANNA AMÉLIA COELHO CARNEIRO

**ANÁLISE DO USO PÚBLICO DA ÁREA DE LAZER DO
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA – ÁGUA MINERAL**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Turismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professor Orientador: Luiz Daniel M. Junqueira.

Brasília/DF, outubro de 2007

ANNA AMÉLIA COELHO CARNEIRO

**ANÁLISE DO USO PÚBLICO DA ÁREA DE LAZER DO
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA – ÁGUA MINERAL**

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Turismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof. Orientador: Luiz Daniel M.
Junqueira.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Daniel M. Junqueira
Orientador

Prof. ^a Anna Maria Rigobello
Examinadora

Prof. ^a Delma Santos
Examinadora

Brasília/DF, outubro de 2007

DEDICATÓRIA

A toda minha querida família, que sempre acreditou em mim, me apoiou e me guiou no caminho que acreditava ser o melhor possível.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Luiz Daniel M. Junqueira por me guiar durante todo meu trabalho.

Ao meu pai Paulo J. R. Carneiro e minha irmã Anna Carolina C. Carneiro por me ajudarem a encontrar material de pesquisa.

Aos meus queridos Karla Cristina V. da Silva e Leonardo da Costa Borges pela ajuda e companheirismo.

Aos entrevistados, que de muita boa vontade responderam meu questionário.

E a todas as outras pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada.

“A organização do ambiente e sua devida conservação é condição básica para o desenvolvimento de qualquer atividade humana.”

Mário Carlos Beni (2002).

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a análise do atual uso público da área de lazer do Parque Nacional de Brasília – Água Mineral. Muitas pessoas acreditam saber da importância de se preservar a natureza, no entanto, não é o que sempre se encontra nos parques nacionais como o Parque Nacional de Brasília. A análise feita neste trabalho é devida à importância de se cuidar dos biomas brasileiros, neste caso do bioma Cerrado. Não havendo preservação hoje, um dia o Parque Nacional de Brasília pode deixar de ser o que é. Para a realização deste estudo foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa empírica por observação *in loco*, pesquisa de levantamento e questionário aberto semi-estruturado. Com este estudo foi possível perceber que o uso público do Parque Água Mineral carece de conscientização ambiental. Não são todos os que sabem da importância de se manter vivo o meio ambiente, e os que possuem esse conhecimento não o colocam em prática. A gestão do parque não se encontra fora desta visão. A mesma deixa um pouco a desejar tratando-se da educação ambiental a todos, da clareza das normas necessárias da visitação do local e da limpeza periódica deste. Sendo assim, notou-se com a pesquisa uma necessidade de implantar medidas que eduquem ambientalmente e sensibilizem os frequentadores do Parque; deixar bem visível todas as regras existentes e manter sempre a limpeza do local.

Palavras chaves: Lazer, Parque Nacional de Brasília, Preservação, Educação Ambiental e Uso Público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da nova poligonal do PNB	24
Figura 2: Mapa da antiga poligonal do PNB	25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo Geral.....	12
1.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Metodologia	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Lazer e seus conceitos.....	15
2.1.1 A história do lazer no Brasil	16
2.1.2 O lazer e o trabalho	18
2.2 Meio Ambiente	20
2.2.1 Conservação e Preservação do Meio Ambiente	20
2.2.2 Educação Ambiental	21
2.3 O Parque Nacional de Brasília	23
2.3.1 Turismo ecológico	26
3. ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA	28
3.1 Normas de uso público de Parques Nacionais e do Parque Nacional de Brasília	28
3.2 Formas de utilização da área de lazer do Parque Nacional de Brasília	33
3.3 Análise comparativa das normas do PNB com o uso dos seus freqüentadores	35
3.4 A percepção dos freqüentadores do Parque Nacional de Brasília	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICES	43
APÊNDICE A.....	44
APÊNDICE B.....	45
APÊNDICE C	47
APÊNDICE D	48
APÊNDICE E.....	49
APÊNDICE F.....	50
APÊNDICE G	51
APÊNDICE H	53
ANEXOS	58
ANEXO A	59
ANEXO B	61
ANEXO C	66

1. INTRODUÇÃO

No mundo ocidental a consciência de preservação do meio ambiente vem se definindo desde o início do século XIX, devido às exigências do modo de vida moderno. A realidade urbana acabou por estabelecer uma constante busca pela natureza, acentuando sensações de mudança conturbada e de insegurança, fazendo com que os cidadãos ficassem divididos entre a realidade industrial, insalubre, e a vida idealizada no campo (D'ANTONA, 2001). Desta forma, os parques naturais acabaram por se tornar um tipo de refúgio, seja para o que resta da fauna, seja para o próprio homem.

Em 1872, é legalmente estabelecido nos Estados Unidos o primeiro Parque Nacional, o Parque de Yellowstone, que até então era classificado somente como área de conservação. No Brasil a história das unidades de conservação apareceu antes, na época ainda em que o país era Colônia Portuguesa. Em 1817, o Príncipe Regente Dom João declarou “coutadas” às matas ao redor das nascentes dos rios: Carioca e Paineiras protegendo, dessa forma, os mananciais hídricos que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro, capital do Reino de Ultramar, e determinava a indenização dos proprietários (OLIVEIRA, 2004).

No entanto, foi somente em 1937 que o Brasil teve estabelecido seu primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Itatiaia. A partir deste, diversos outros parques foram criados, como o Parque Nacional do Iguaçu e o da Serra dos Órgãos em 1939. Todos com a mesma finalidade de preservar o meio ambiente, de permitir estudos científicos, de proteger belezas cênicas, mananciais hídricos e animais em extinção (D'ANTONA, 2001; OLIVEIRA, 2004), além de oferecer lazer às pessoas visitantes. Podendo, também, ser mantido como patrimônio brasileiro para gerações futuras.

Pôde-se perceber então que, seguindo essa linha de pensamento, quando a Capital do Brasil foi transferida para Brasília, criou-se o Parque Nacional de Brasília (PNB), conforme o Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961 (ANEXO A). Na sua condição inicial o PNB foi constituído com 30.000 ha (FONSECA, 2001).

Na época, a área do parque foi delimitada para atender, ao decorrer dos anos, no máximo 500 mil pessoas, porém, no DF a população cresce a uma taxa de 2,6% ao ano, muito acima da taxa de crescimento do Brasil, que é de 1,3% ao ano.

O DF já chegou aos dois milhões de habitantes no início do ano 2000 e, estima-se, será acrescido mais meio milhão de pessoas até o ano 2010 (MINISTÉRIO, 2000). Fazendo com que a extensão do parque torne-se singela com relação à população que ele atende.

É fato notório que o PNB está dividido em três áreas, uma destinada à preservação e estudo, outra destinada à conservação e captação de água para o abastecimento, segundo a CAESB (2007), do Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul, Paranoá, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Itapuã e uma terceira, menor que as demais, destinada ao lazer.

Para Dumazedier (1975) o lazer é tido como diversas atividades as quais o indivíduo exerce de livre arbítrio, tanto para descanso como para entretenimento, convívio social, livre criação, informação ou formação desinteressada, após desocupar-se dos afazeres familiares, sociais ou de trabalho. Sendo assim, pode-se entender que lazer é qualquer tipo de ocupação de realização não obrigatória pelo ser humano.

A área de lazer do Parque Nacional em estudo é popularmente conhecida como o Parque da Água Mineral, que, apesar de ser uma pequena parcela do todo protegido pelos termos do Decreto nº 241/61, é de extrema importância para a sociedade Brasiliense em geral. Pois é nesta parte do Parque que os visitantes podem passar algumas horas nas piscinas de água corrente e apreciar a natureza por meio de trilhas abertas ao passeio, que permitem conviver com a exuberância da natureza do Cerrado. Após estes fatos, surge a seguinte questão:

A área de lazer do Parque Nacional de Brasília é utilizada de forma correta pelos seus freqüentadores?

O trabalho que aqui se apresenta é dedicado a esta pequena porção do PNB, trazendo para a discussão as formas de uso frente às incumbências das entidades responsáveis pela sua gestão, tendo em conta a relevância deste ambiente para o lazer das pessoas, como também para a preservação dos remanescentes de Cerrado que caracterizam a região do Planalto Central Brasileiro.

Muitos, hoje em dia, pensam saber da importância de se cuidar de toda a biodiversidade do PNB, mas a verdade não é bem essa. Uma pesquisa feita dentro do próprio Parque Nacional de Brasília, pelo agrônomo Guilherme C. Abdala (2002,

p.45), através de uma visão socioecológica, mostra que somente 2% dos usuários entrevistados assumem não saber a importância do parque; e os que dizem saber expressam seu valor de forma generalizada; a expressão “conservação da natureza” está na “boca do povo”; as pessoas utilizam-na sem estarem realmente certas do que isto significa.

A educação ambiental deve estar cada vez mais presente em lugares como o PNB. Saber usufruir a natureza sem prejudicá-la é um fator indispensável, especialmente nos dias de hoje. Os acontecimentos que degradam a natureza no mundo inteiro vêm se repetindo cada vez com mais frequência. Queimadas sem explicação que matam diversos animais e plantas, lixo jogados em locais de natureza pura, em locais de preservação, alimentar animais sem consentimento de um responsável pela gestão do local, são todos fatores que implicam a destruição do meio natural podendo acarretar acontecimentos devastadores, prejudicando a todos, como é o caso do desmatamento da flora nativa.

Dessa forma, surge a preocupação de saber se os frequentadores do PNB utilizam-no de maneira correta. Pois, caso isso não aconteça, daqui a alguns anos o parque pode se dissipar.

O presente trabalho tem o intuito de mostrar o atual usufruto do parque em questão para que, caso seja necessário, medidas sejam tomadas e o local continue preservando e conservando o cerrado brasileiro, e oferecendo lazer aos visitantes. E para chegar a este propósito foram designados alguns objetivos.

1.1 Objetivo Geral

- Analisar o atual uso público da área de lazer do Parque Nacional de Brasília – Água Mineral.

1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar as formas de utilização da área de lazer do Parque Nacional de Brasília;
- Descrever as normas de utilização de Parque Nacional e do Parque Nacional de Brasília;
- Identificar a percepção dos usuários da área de lazer do Parque Nacional de Brasília.

1.3 Metodologia

Os instrumentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho foram a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa empírica por observação *in loco*, pesquisa de levantamento e questionário aberto semi-estruturado.

A abordagem qualitativa permite aprofundar melhor o assunto em questão, pois para Nascimento (2002, p.91) essa pesquisa possibilita enxergar além das aparências, “todos os pesquisados são tratados como sujeitos que elaboram conhecimento e produzem práticas capazes de intervir nos problemas que identificam.” Ela está mais ligada à qualidade das respostas do que da quantidade.

Com esta pesquisa é possível compreender melhor a maneira que o PNB é utilizado pelos seus frequentadores, quais seus comportamentos dentro do parque.

De acordo com Gil (1996, p.44) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O que possibilita em um melhor aprofundamento conceitual, como as informações especificadas na fundamentação teórica, de lazer, ecoturismo e etc.

A utilização de decretos e normas como fonte de estudo desta monografia, facilita a compreensão da criação do parque e da maneira que ele deve verdadeiramente ser utilizado por seu público. Essas fontes de dados são feitas através da pesquisa documental. Para Nascimento (2002, p.81) essa pesquisa é usada “como fonte de investigação de materiais que ainda não sofreram nenhum

tipo de análise.” O autor também enfatiza que “[...] é preciso verificar-se da autenticidade dos documentos analisados.”

A pesquisa de campo foi realizada pelo método empírico por observação com cinco (5) pessoas, sendo bastante trabalhosa, pois foi observado o comportamento de cada pessoa minuciosamente por algumas horas durante o período de utilização do Parque.

A pesquisa de levantamento, segundo Nascimento (2002, p.101), é feita a partir de “dados coletados da população como um todo ou de uma parte dela [...]”. Para este estudo em particular será usado um delineamento simples da pesquisa citada acima, ela tem como objetivo averiguar se a população em estudo é representativa da população que se deseja generalizar, caso haja exatidão na escolha das características que se pretende comentar. Essa pesquisa se encaixa nas saídas de campo no Parque Nacional de Brasília, na medida que a população do local é observada e questionada. O questionário utilizado (APÊNDICE A) faz-se necessário para a obtenção de informações imprescindíveis para este trabalho, o saber da percepção dos usuários da área de lazer do Parque Nacional de Brasília – Água Mineral. Conforme Schlüter (2003, p.107) “o questionário é uma lista de perguntas organizadas logicamente e é utilizado para juntar informações sobre um tema particular.” Neste caso, o questionário é aberto e semi-estruturado, significando que as perguntas serão de livre resposta e as mesmas já estarão formuladas, porém, suscetíveis a alterações durante a aplicação do questionário. Foram entrevistadas cinco pessoas, questionando cada uma delas com três (3) perguntas.

É importante mencionar que os questionários foram aplicados somente após as observações dos indivíduos, assim, não influenciando o comportamento dos mesmos dentro do Parque.

Ao total ocorreram cinco (5) visitas ao parque, nos dias 20, 27, 28, 29 e 30 de setembro de 2007, tanto pela manhã como pela tarde, e as entrevistas aconteceram nas datas 20, 29 e 30, todas iniciadas no período matutino e finalizadas no começo do período vespertino.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Lazer e seus conceitos

A palavra lazer deriva do latim *licere*, que significa ser lícito, ser permitido, porém, seu significado é outro. Para Marcellino (1987), diversos autores que estudam sobre lazer não aparentam chegar a um senso comum. Alguns enfatizam mais o aspecto “atitude” e outros o “tempo vago”.

O lazer considerado como atitude está ligado à experiência satisfatória vivida por alguém, independente de uma hora determinada. Sendo assim, o indivíduo pode constituir a prática do lazer em qualquer local e momento, até mesmo no trabalho. Já quando restringido ao tempo livre que a pessoa possui, ele engloba aspectos menos distintos, como realizar duas atividades ao mesmo tempo (MARCELLINO, 1987). Considerando esses dois pontos de vista pode-se entender lazer como qualquer atividade relacionada ao prazer do indivíduo.

Entretanto, pode-se perceber que, o termo lazer se confunde de alguma forma com o termo prazer, contudo, cada um especifica algo distinto. Prazer é o que o homem sente quando faz algo que gosta, incluindo aquilo que lhe seja imposto; já o lazer é quando o indivíduo faz alguma coisa que gosta em um momento livre, desinteressado, sem obrigatoriedade.

O conceito definido pelo sociólogo Dumazedier (1976, p.34) difere esses dois termos e diz que o lazer é praticado quando o sujeito está livre de todas as suas obrigações:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

No Parque Nacional de Brasília é possível observar algumas dessas práticas de lazer descritas por Dumazedier, como o repouso, a recreação, o entretenimento entre outras.

O conceito de Marcellino (1987, p.31) se aproxima ao de Dumazedier quando cita o termo “tempo disponível”:

[...] prefiro entender o lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo- vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado”, dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.

Segundo Melo e Alves Junior (2003, p.2) há alguns anos atrás, a palavra lazer não fazia parte do cotidiano do povo, ainda que outras palavras expressavam alguns dos seus sentidos, como diversão, jogo e prazer. Para esses autores:

[...] a contínua busca de formas de diversão não significa ter sempre existido o que hoje chamamos de lazer, na medida em que tais formas de diversão guardam especificidades condizentes com cada época [...] Por certo existem similaridades com o que foi vivido em momentos anteriores, [...] mas o que hoje entendemos como lazer guarda peculiaridades que somente podem se compreendidas em sua existência concreta atual.

Talvez em decorrência deste fato, que não exista uma definição única de lazer. Pois cada autor concretiza sua opinião de acordo com a sua época.

2.1.1 A história do lazer no Brasil

A Revolução Industrial não foi o único fator que modificou o cotidiano do ser humano no início do século XIX. Para além da criação da máquina a vapor, os processos de produção agrícola e de distribuição de produtos sofreram profundo desenvolvimento, bem como a tecnologia de transportes, o que desequilibrava a relação de necessidade entre empregador/trabalhador e trabalhador/emprego. Ou seja, as pessoas precisavam trabalhar muito mais para sobreviver, ao passo que os patrões necessitavam empregar muito menos pessoas para auferir os mesmos ou até mesmo lucros superiores. Dessa forma, crianças, mulheres, homens e idosos trabalhavam jornadas de até 12 horas diárias (MEDEIROS, 1971).

Assim, segundo Medeiros (1971), a partir de meados do século XIX aparecem as primeiras organizações operárias defendendo a redução das horas de trabalho. Os trabalhadores lutaram por um tempo livre maior desde as primeiras greves, inicialmente na Europa, e no Brasil só no final do referido século. Até então, a “concepção brasileira” de lazer resumia-se às festividades religiosas e as festas da corte, extremamente influenciadas pela cultura européia. Na medida em que a

sociedade brasileira foi se modernizando, pôde-se notar uma procura por espaços públicos e uma organização gradativa do comércio de entretenimento (teatro, esporte e cinema) (MELO e ALVES JUNIOR, 2003).

Segundo os autores citados acima (2003), a discussão sobre lazer chega ao Brasil, entendido como campo acadêmico e de intermédio, quando profissionais, sob influência da experiência norte-americana, se preocupam com os espaços urbanos destinados ao lazer, especialmente em Porto Alegre (liderados por Frederico Gaelzer) e em São Paulo (estimulados por Nicanor Miranda), e um pouco depois no Rio de Janeiro (com o Serviço de Recreação Operaria).

Entre as décadas de 20 e 30 do século XX surgiram as primeiras “praças de esporte” e “centros de recreio”, contextualizadas nas organizações dos espaços públicos urbanos, que vinham crescendo a partir do final do século XIX. As atividades de diversão, “recreação”, na época, eram compreendidas como formas de cuidar da saúde e recuperar as forças para o trabalho (MELO e ALVES JUNIOR, 2003). O que, de fato, é muito importante dentro das condições de trabalho em que o país se encontrava, no crescimento industrial grande e rápido, que acabava por exigir cada vez mais de seus trabalhadores.

Para Melo e Alves Junior (2003), com o passar do tempo, no final da década de 1960 e no decorrer da de 1970, o lazer começa a tomar frente nas discussões, e estas se tornam cada vez mais assíduas, tanto nas instituições acadêmicas quanto no meio governamental. Tendo em conta o progressivo aumento do tempo livre, as novas formas de ocupá-lo, as tensões ocasionadas pela sociedade em constante mudança e o intenso desenvolvimento urbano experimentado nas décadas citadas, o assunto começa a ser respeitado como um fenômeno social muito relevante, e um direito social como qualquer outro (MEDEIROS, 1971). Por isso que é possível verificar a utilização de espaços para o fim específico da prática do lazer, como por exemplo, o Parque Nacional de Brasília.

Então, em 1990, são vistas no Brasil, com mais clareza, novas iniciativas direcionadas à formação de uma “indústria de lazer e entretenimento” de forma consciente, inclusive buscando reforçar a importância das manifestações culturais, da preservação do meio ambiente e do incentivo ao esporte (MELO e ALVES JUNIOR, 2003).

Para compreender melhor essa área de lazer Melo e Alves Junior (2003, p.22) apresentam algumas definições dentro do quadro histórico:

O lazer deve ser encarado como fenômeno social moderno, constituído no quadro das tensões entre classes sociais; é uma necessidade social e motivo de intervenção de políticas públicas; mesmo sendo o lazer uma preocupação recente e alvo de atenção secundária, existe uma clara tendência de crescimento de ações governamentais direcionadas para esse sentido;

Essas ações governamentais citadas por Melo e Alves Junior (2003) podem estar dentro do quadro de legislações de parques nacionais, onde a preocupação do governo com o lazer o incentiva a criar cada vez mais locais abertos ao público, como as unidades de conservação.

Até então, é possível compreender que, de certa forma, o lazer está sempre ligado ao trabalho. Para Maffei Jr. (apud Araújo Filho, 2001; Souza, 1990), o surgimento do lazer se segmenta em antes e depois da Revolução Industrial, quando as relações entre proprietários de fábricas e trabalhadores são modificadas. Para estes o interesse maior era a venda da força de trabalho contrabalançada com momentos de descanso e lazer; para aqueles era primordial a obtenção de lucro a qualquer custo, independente da saúde ou da vida alheia. Revoltados com a exploração, os trabalhadores lutaram por seus direitos até conseguirem regulamentar um tempo para eles próprios. Foi a partir desse momento que o lazer acabou por se tornar, também, uma necessidade do homem fora de seu trabalho.

2.1.2 O lazer e o trabalho

É de grande valia ressaltar a relação entre o lazer e o trabalho. Karl Marx afirmou que o trabalho é a primeira necessidade do homem, e, pode-se observar, pelo que foi estudado até o presente momento, que, em consequência desta necessidade, vem outra que é a do lazer.

Na literatura especializada verifica-se que alguns entendem lazer como “fenômeno complementar ou compensatório do trabalho desumano”; enquanto outros percebem-no como determinante que age sobre o trabalho em si (DUMAZEDIER, 1976, p.93).

Para Dumazedier (1980, p.107) todo e qualquer tipo de trabalho é classificado como o oposto de lazer. Não é exato dizer que apenas o trabalho profissional se opõe a esta prática, apesar de possuir grande influência sobre a

mesma. Entretanto, este fato não pode permitir que o lazer se confunda com a ociosidade que, “por princípio, é a própria negação do trabalho”. Este mesmo autor diz que “o lazer não é a ociosidade, não suprime, supõe o trabalho. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho ao fim do dia, da semana, do ano ou da vida funcional” (DUMAZEDIER, 1980, p.108).

Todavia, não se pode encarar o lazer como mero compensador do trabalho realizado, não é porque a função do operário exige baixa qualificação técnica e/ou acadêmica que o seu lazer tenha que ser desprovido de conteúdo cultural, por exemplo. O lazer é um momento em que a pessoa não se prende à rigurosidade da rotina de trabalho e ao cumprimento de horários fixos.

Outro ponto destacado por Dumazedier (1976) é que, considerando que a empresa moderna impõe uma organização hierárquica de cima à baixo nos seus quadros, aniquilando a socialização em ambiente de trabalho, surgiu uma necessidade imediata de relacionamento humano fora do local de trabalho, o qual será exercido como uma manifestação de lazer. Que pode ser realizada em áreas naturais.

Ressalta-se que “a moral do trabalho” é o que alimenta a ideologia materialista que diminui a importância do lazer frente à necessidade do trabalho. Tem-se, ainda, a concepção cristã que critica o lazer pela possibilidade de evasão ao trabalho e o conseqüente perigo “de traição de um projeto humano que tem no trabalho o campo privilegiado de realização” (MARCELLINO, 1996, p.57). Felizmente, a Igreja não se encontra totalmente presa por seus valores tradicionais, pelos diversos meios de comunicação observa-se que ela reage a diferentes pressões sociais, no ramo do lazer não poderia ser diferente. Tal fato pode ser constatado pelos encontros religiosos de igrejas buscando o entretenimento e lazer entre os devotos.

Como advertido por Dumazedier (1976, p.97), de fato “o estudo das relações entre o trabalho e o lazer não se limita como um fenômeno compensatório de um dos aspectos do trabalho moderno”. Tampouco se pode encarar o trabalho e o lazer como dois compartimentos isolados e distintos dentro de cada indivíduo, já que tal entendimento pode promover uma conduta reciprocamente evasiva ou, como já dito anteriormente, compensatória. Na verdade o lazer e o trabalho são complementares.

A importância de se ressaltar essa ligação trabalho/lazer surge a partir do momento em que um influencia o outro, dessa forma podendo perceber que é a rotina de trabalho maçante, na maioria das vezes ocorridas em locais fechados, que em muitas ocasiões faz com que as pessoas procurem locais variados para a prática do lazer, especialmente áreas naturais como o Parque Nacional de Brasília. Para que possam ficar distantes dessa mesmice de prédios e escritórios, entrando em contato com a natureza e seu equilíbrio.

2.2 Meio Ambiente

Conforme Ferretti (2002, p.4), “o termo meio ambiente deriva do latim medium (meio), que se refere ao lugar onde qualquer ser vivo pode ser encontrado e ambire (ambiente), que se relaciona a tudo que envolve esse lugar.” Dessa forma, é possível relacioná-lo com o conceito de meio ambiente elaborado por Reigota (2004, p.21): “um lugar determinado e/ou percebido onde estão relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais”. Essas relações dão início a processos de criação cultural e tecnológica e de transformação da natureza e da sociedade. Assim, chega-se à conclusão de que meio ambiente pode ser qualquer lugar natural ou não, onde residam diversas formas de vida, e que as mesmas estejam interligadas.

No caso do Parque Nacional de Brasília trata-se de um meio ambiente natural, que segundo Ferretti (2002) é um local onde se encontram diversos ecossistemas naturais em que seus recursos são utilizados tal e como existem na natureza.

2.2.1 Conservação e Preservação do Meio Ambiente

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, ANEXO B), instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, conservar e preservar possuem significados distintos:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei entende-se por:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, as atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

V – preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

Pode-se entender, então, que a diferença entre conservação e preservação é que quando se fala em preservar, a natureza pode ser usufruída publicamente contanto que os usuários a mantenham protegida, já quando se fala em conservar, a natureza é mantida viva e sem que haja o uso constante dela.

É fato notório que o Parque Nacional de Brasília foi criado de acordo com essas duas bases, já que, em seu território, existe uma área de preservação, que seria o local destinado ao lazer do público, e outra de conservação, onde somente é permitida a entrada de certas pessoas, como estudiosos e cientistas.

2.2.2 Educação Ambiental

Para compreender melhor a análise realizada neste trabalho é necessário que se conheça um pouco do que é a educação ambiental e o que ela representa para a preservação de patrimônios naturais.

Segundo a Ambiente Brasil S/S Ltda (2007), a educação ambiental é uma maneira ampla de educação que tenta atingir a todos os cidadãos por meio de um processo pedagógico participativo permanente, que procura introduzir nas pessoas uma consciência mais crítica e ciente da problemática ambiental.

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Atualmente, são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente (AMBIENTE BRASIL S/S LTDA, 2007).

Fica clara, então, a necessidade de mudar as atitudes do homem em relação à natureza. Por esses motivos é que a educação ambiental se torna tão

importante, e não somente nas escolas, mas, também, nos próprios locais naturais de lazer, como é o caso do PNB. Essa educação deve partir das escolas, das casas e das unidades de conservação, para que as pessoas jamais esqueçam da relevância de se preservar, de cuidar do que pertence a todos.

Ainda para a Ambiente Brasil S/S Ltda (2007), a educação ambiental é subdividida em formal e informal. A primeira subdivisão é um processo institucionalizado que acontece em unidades de ensino, a segunda é caracterizada por ocorrer fora dessas unidades, envolvendo flexibilidade de métodos e conteúdos e um público alvo com diversas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, etc.).

De acordo com Reigota (2004), na Carta de Belgrado¹ foram definidos seis objetivos da educação ambiental. O primeiro objetivo é a conscientização, fazer com que os indivíduos tomem consciência do meio ambiente global e seus problemas, e se mostrem sensíveis para com os mesmos; o segundo é o conhecimento, levar as pessoas a compreender a essência do meio ambiente global, seus problemas e o papel e lugar da responsabilidade crítica de cada um; em terceiro vem o comportamento, levantar um sentimento forte e o interesse pelo meio ambiente e a vontade de o proteger e contribuir para sua qualidade; a competência é o quarto objetivo, o de adquirir experiências necessárias para a solução dos problemas; o quinto objetivo é a capacidade de avaliação, fazer com que cada sujeito avalie medidas e programas relacionados ao meio ambiente, tanto em fatores de ordem ecológica como política, econômica, social, estética e educativa; e, por fim, a participação, o objetivo de fazer com que os indivíduos percebam suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a resolução de problemas ambientais.

A educação ambiental é imprescindível para a preservação da área de lazer do PNB, é preciso ter muito cuidado com o “turismo predatório”, para Beyer (2002) o impacto negativo mais comum em todos os parques nacionais é a interferência do homem em um habitat que difere do seu. A maior problemática é o que uma grande quantidade de pessoas, de maneira desordenada, causa no meio

¹ Carta de Belgrado: publicação feita a partir de em uma reunião realizada em Belgrado em 1975, onde especialistas em educação, biologia, geografia e história definiram os objetivos da educação ambiental (REIGOTA, 2004).

ambiente natural, como a erosão do solo, lixo na natureza, a coleta em abundância da vegetação e etc.

No caso do Parque Nacional de Brasília a educação ambiental deve priorizar as espécies animais e vegetais que por lá vivem e tudo relacionado a elas. Preocupando-se com esses impactos que podem ser causados, principalmente, pelos próprios freqüentadores do local.

2.3 O Parque Nacional de Brasília

Segundo o Art. 11 do SNUC, o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

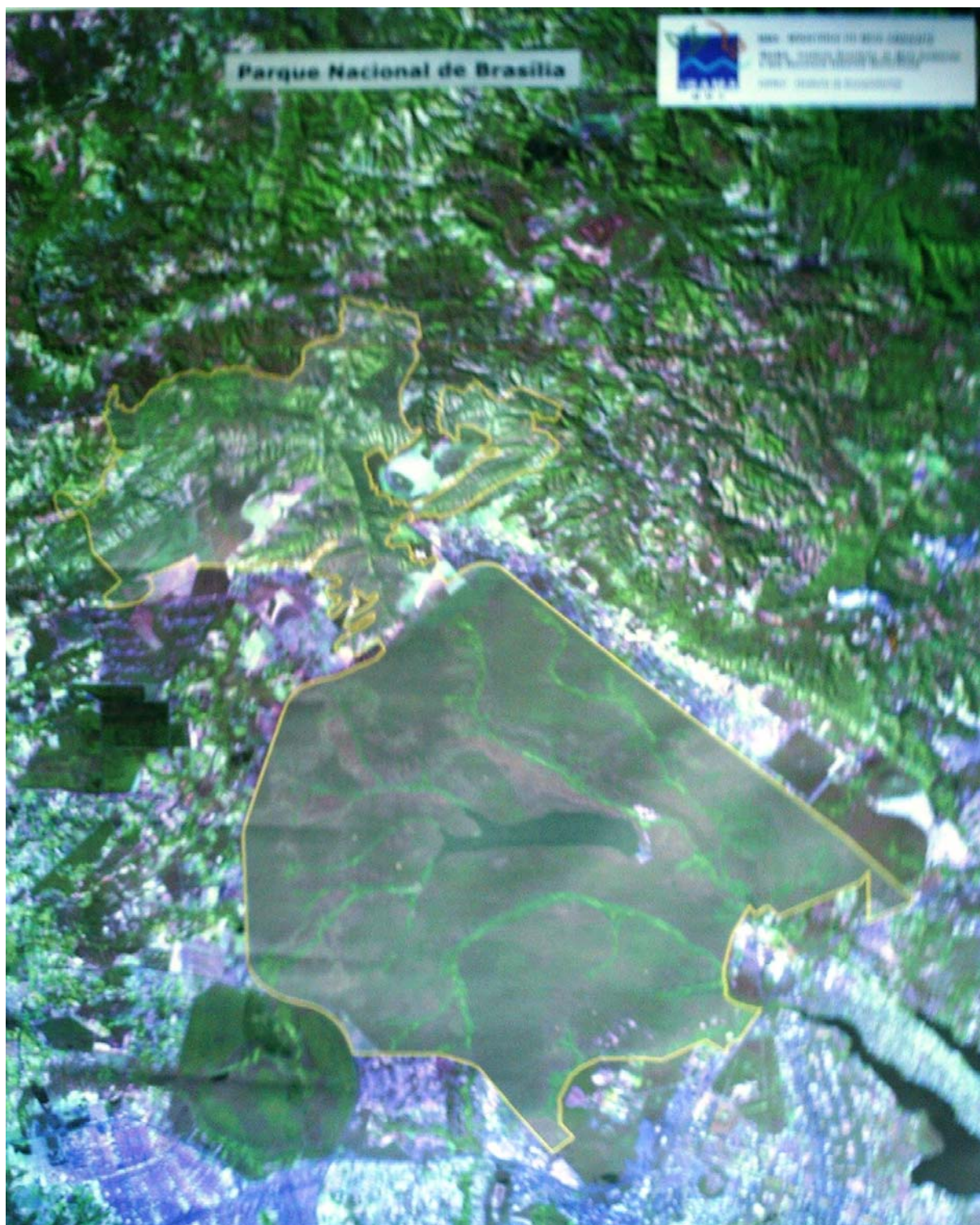
Para Abdala (2002), o PNB foi criado somente depois de expostos seis relevantes motivos a seu favor para o então Presidente da República Dr. Jânio Quadros, pelo Dr. Ezechias Heringer, executor do convênio entre o Ministério da Agricultura e a NOVACAP, em 1960:

1. a área é coberta por flora típica de Cerrado, formação vegetal que ocupa mais da sexta parte do Território Nacional, localizando-se Brasília no centro deste tipo de vegetação;
2. a área é rica em fauna típica da Região e são necessárias providências para que esta permaneça intacta;
3. a topografia possui acidentes "sui generis" somente ali verificados, como nascentes de águas cristalinas, penhascos de arenito, etc., que devem ser protegidos;
4. a área inclui as bacias dos três rios fornecedores de água potável da Capital. Trata-se portanto de conseguir o domínio efetivo sobre as áreas destes mananciais e colocá-las à guarda de um organismo – o Parque Nacional de Brasília;
5. a manutenção desta área em estado natural contribuiria também para o equilíbrio das condições climáticas e evitar-se-ia a erosão do solo;
6. o Parque deve servir como instituição educacional para educar o povo nas práticas conservacionistas e servir para preservação de material básico para estudos e pesquisas.

De acordo com Fonseca (2001), o Parque Nacional de Brasília situa-se nas coordenadas 15°35' – 15°45'S e 47°53'W, e está localizado a 10km da estação rodoviária da cidade. O parque possui grande importância para a preservação do

lago artificial Santa Maria, que abastece parte do Distrito Federal e garante a qualidade da água dos córregos Torto e Bananal, importantes contribuintes do Lago Paranoá. A delimitação do parque pode ser verificada na figura 1:

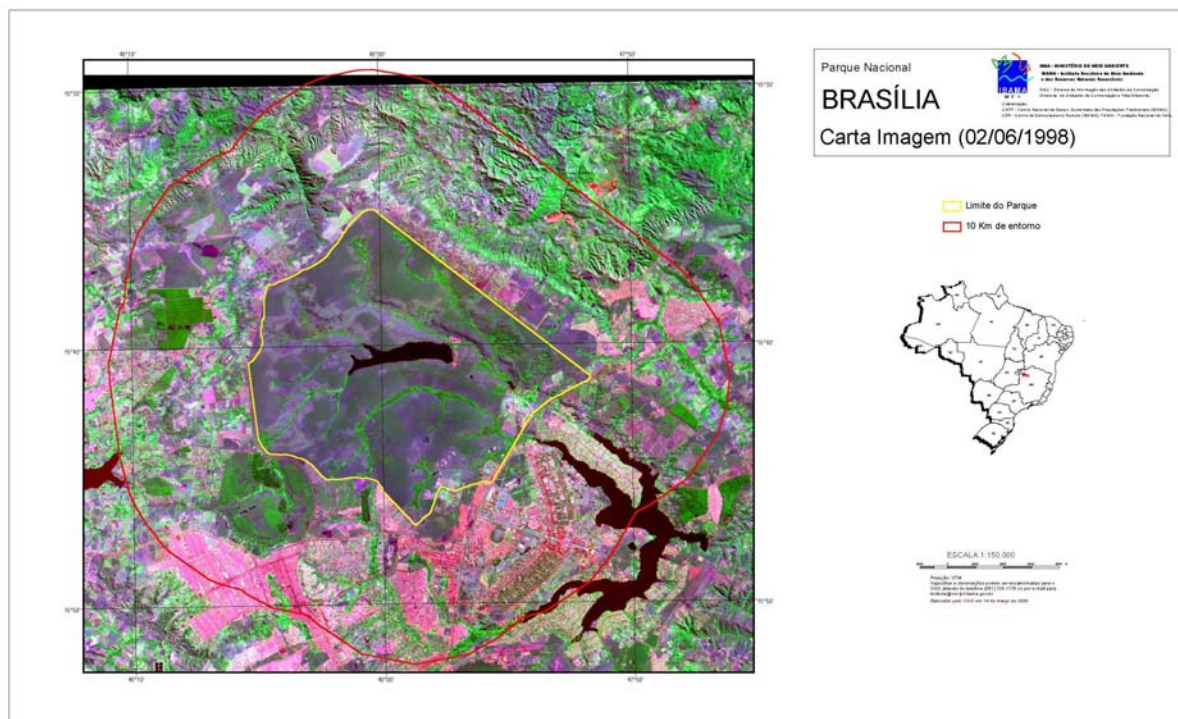
Figura 1: Mapa da nova poligonal do PNB



Fonte: Pacheco, 2006.

Segundo Sato (2004), o Parque deveria ter sido ampliado para 46 mil hectares. Entretanto o PNB hoje, de acordo com a Lei nº 11.285, § 2 do Art. 1º, possui 42.389,01 ha. Na figura seguinte (figura 2) vê-se a antiga poligonal do Parque Nacional de Brasília:

Figura 2: Mapa da antiga poligonal do PNB



Fonte: Oshiyama, 2007.

Conforme o IBAMA (2007), o PNB tem como principal função a preservação de uma amostra do bioma Cerrado, típico ecossistema do Planalto Central Brasileiro. E seus objetivos específicos são: conservar a flora e a fauna silvestre e os recursos genéticos do ecossistema; proteger a bacia hidrográfica que abastece de água potável a Capital do Brasil; facilitar as oportunidades de lazer dos visitantes que desejam conhecer e apreciar seus recursos naturais; e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do DF, “uma vez incorporado ao patrimônio turístico da região”. O parque conta com infra-estrutura de recepção e recreação, onde se localizam as piscinas de água mineral (principais atrativos do local), apoio de sanitários, enfermagem, cantinas, áreas para piqueniques e churrasqueiras, além das trilhas que proporcionam passeios para todos os gostos, possui, atualmente, 93

funcionários terceirizados e aproximadamente 70 servidores do IBAMA, e seu chefe o Geólogo Darlan Alcântara de Pádua.

O PNB conta, também, com uma atividade que foi inaugurada no dia 17/09/2006, a biblioteca ao ar livre:

A equipe de educadores ambientais do Parque Nacional de Brasília, também conhecido como Água Mineral, inaugura no próximo domingo (17/09) o Projeto Leitura no Parque, voltado às crianças e adolescentes do entorno daquela unidade de conservação. “A idéia é incentivar a leitura e desenvolver ações de educação ambiental integrando a comunidade ao Parque Nacional de Brasília”, afirmou o chefe do parque, Darlan Alcântara de Pádua. No domingo de manhã, 25 crianças e adolescentes acompanhados de professores da Escola Classe Basevi, da Escola Classe do Núcleo Rural Lago Oeste e do Centro de Ensino Fundamental 1, do Guará 1, vão participar de atividades de educação ambiental e escolher os livros que quiserem levar para casa, podendo trocá-los numa próxima visita. O projeto prevê outras atividades como palestras, exibição de vídeos e caminhadas por trilhas educativas no parque (SUPES, 2007)

Tendo em vista todas essas propostas e os atrativos do parque, pode-se perceber, de maneira mais clara, sua importância para a Capital Federal, e, considerar que tal relevância não pode ser esquecida, ou seja, nunca deixando de promover o seu mais eficiente cuidado.

2.3.1 Turismo ecológico

O turismo ecológico, também conhecido como ecoturismo, é, para Wearing e Neil (2001), viagens para locais naturais que sejam de certa forma tranquilos e não contaminados, com o objetivo de usufruir e apreciar este ambiente de diversas maneiras. Mas o essencial é que a pessoa que exerce o ecoturismo tem a possibilidade de desfrutar do meio natural de forma que outras pessoas não podem no seu dia-a-dia urbano. Esse tipo de turismo também está relacionado a uma prática de responsabilidade, em que se preservam e conservam os locais naturais e se sustenta o bem-estar da população local. Tal conceito se enquadra nas atividades que podem ser realizadas na área de lazer do Parque Nacional de Brasília.

Segundo Pires (2002) o ecoturismo surgiu a partir dos aborrecimentos que a hegemonia do turismo de massa casou, principalmente os impactos negativos de caráter ecológico, social e cultural. Primeiramente surgiu o “turismo alternativo”

que tentava desvencilhar este turismo de massa, levando as pessoas a locais não tradicionais com elementos naturais que proporcionassem experiências e viagens turísticas novas e diferentes. E, assim, criaram-se bases para o ecoturismo, que acarreta características mais responsáveis como foi possível verificar no conceito de Wearing e Neil (2001).

De acordo com Wearing e Neil (2001), o ecoturismo possui alguns princípios básicos, dentre eles pode-se destacar o envolvimento da comunidade local em todos os planos de desenvolvimento dessa prática; o cuidadoso estudo das instalações operadas por pessoas de fora da comunidade (para que não haja conflitos entre nativos e forasteiros); o cuidado em causar o menor número de impactos possível nos recursos naturais e nos habitantes locais; trazer benefícios financeiros à população local permitindo a participação da mesma nos planejamentos (expandindo, assim, suas bases de recursos econômicos); e a ampliação da consciência de preservação das áreas naturais e do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, nota-se que o ecoturismo, além de oferecer lazer e qualidade de vida às pessoas, também traz grandes benefícios, principalmente econômicos, a toda comunidade envolvida.

3. ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA

Este capítulo trata sobre as normas de uso público dos Parques Nacionais e, em específico, do Parque Nacional de Brasília, de que maneira os freqüentadores do PNB utilizam-no, se respeitam ou não as normas estabelecidas e quais as suas percepções em relação ao uso dos outros indivíduos.

3.1 Normas de uso público de Parques Nacionais e do Parque Nacional de Brasília

De acordo com o SNUC (2000), dentro do Art. 11, os Parques Nacionais seguem as seguintes normas. Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

No primeiro parágrafo deste artigo, explica-se que o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Já no segundo é dito que a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

Dentro do terceiro parágrafo é mencionado que a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. E, por fim, o quarto tópico diz que as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Além das normas de parque nacional é interessante que se conheça, também, Do Meio Ambiente Art 225, CF/88²:

² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Dentro deste artigo e no seu primeiro parágrafo, subentende-se que a preservação do meio ambiente é dever tanto do poder público quanto da comunidade. E é necessária que esta cooperação aconteça, para que gerações futuras tenham os mesmos privilégios que a presente.

No segundo parágrafo desta lei é definido que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. Este se une ao terceiro: as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Ainda segundo o Art. 225, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônios nacionais, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Por fim, no sexto parágrafo é dito que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Além dessas, existem, também, as leis específicas para cada zona do Parque Nacional. Estas podem ser encontradas no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, criado a partir do Decreto nº 84.017 (ANEXO C), de 21 de setembro de 1979.

Já as regras direcionadas as áreas de uso público são localizadas nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, escritas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pela Secretaria da Biodiversidade e Florestas e Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas (2006). Tais diretrizes são exclusivamente feitas para os órgãos gestores de Unidades de Conservação (UC). Dentre elas é importante citar a que diz respeito à segurança do meio ambiente natural:

Diretrizes para interpretação ambiental

1. adotar a interpretação ambiental como forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental;
2. utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita em uma experiência enriquecedora e agradável;
3. empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais;
4. desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais;
5. envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos;
6. assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto de visitantes.

É possível perceber que estas diretrizes estão preocupadas com a educação ambiental do visitante, dessa forma fazendo com que o mesmo aprenda e se envolva mais com a natureza que o traz tanto benefício.

Além de todas essas ordens citadas acima, todo e qualquer Parque Nacional possui suas próprias, estas devem estar descritas dentro do plano de manejo do mesmo. Segundo o SNUC (2000), plano de manejo é um documento técnico onde se determina, a partir dos objetivos gerais de uma UC, o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Conforme o chefe do setor de uso público do Parque Nacional de Brasília, Fábio de Jesus, o plano de manejo do PNB deixa muito a desejar, é um tanto incompleto e necessita de alguns reajustes. Dentro deste plano de manejo tem-se acesso as principais normas de visitação do Parque, que, também, são fixadas em um painel localizado dentro do ambiente da piscina velha (piscina mais antiga do parque, existe a mais nova que também é denominada como a maior), que informam as restrições para a segurança dentro da área de lazer do local:

- Entrar com bebidas alcoólicas;
- Animais domésticos (exceto cão-guia);
- Jogos que possam incomodar outros visitantes (bola, peteca, disco etc.);
- Porte e uso de arma de fogo ou arma branca;
- Realização de churrasco;
- Alimentar os animais;
- Equipamentos de som coletivo;
- Utensílios de vidro;
- Bicicleta além da entrada da área das piscinas;
- Após o uso de produtos químicos para clareamento de pelos é obrigatório; banho na ducha dos banheiros antes de entrar na piscina;
- Entrar na piscina sem as roupas adequadas para o banho;
- Uso de bóias de câmara de ar;
- Realizar “saltos mortais” e fazer “pirâmide humana”.

As restrições do PNB são bem transparentes, no entanto, talvez esteja faltando alguma norma que diz respeito ao lixo jogado no chão e na vegetação, e o prejuízo que essa atitude pode causar aos animais do local.

Ainda para Fábio de Jesus, baseando-se no plano de manejo do PNB, os grupos que pretendem fazer uma visita ao parque devem seguir as seguintes regras para a segurança de todos, ficando o cumprimento das mesmas sob cuidados do responsável pela visita:

- A entrada será realizada pelo portão 2;
- Utilização somente da piscina 2 (nova);
- O grupo deve estar acompanhado de pelo menos 2 (dois) salva-vidas ou o mesmo número de professores de educação física ou profissional habilitados para resgate em água (portando documentação que comprove tal habilitação). Estes profissionais que ficarão encarregados da segurança nas atividades na água. Os profissionais responsáveis pela segurança do grupo deverão ser orientados a se posicionar em pontos estratégicos da piscina e acompanhar, da borda, as atividades do grupo;
- O transporte utilizado pelo grupo deverá levar os visitantes até a guarita da piscina e estacionar do lado de fora do Parque Nacional de Brasília. Caso o transporte seja de órgão oficial, o mesmo poderá estacionar dentro da Unidade em local identificado pelos vigilantes do portão;
- Fica proibido durante a visita o uso de equipamentos de som coletivo, inclusive o sistema de som do veículo utilizado para o transporte; a realização de manifestos de caráter religioso e político, bem como, qualquer atividade que possa perturbar os demais visitantes;
- Os visitantes deverão ser informados da proibição de alimentar animais;
- Todo lixo gerado pelo grupo deverá ser acondicionado e depositado em local apropriado.

Fica claro, então, a posição da gestão do Parque Nacional de Brasília em relação à preservação e segurança de todos na área de lazer, tanto dos usuários, como dos animais e da vegetação. Já que descrito tudo que se é e não é permitido fazer dentro do Parque. Basta saber se estas normas declaradas são cumpridas.

3.2 Formas de utilização da área de lazer do Parque Nacional de Brasília

Observou-se, dentro de uma visão geral, no PNB que, grande parte das pessoas que vão para a área da piscina nova (maior que a antiga) chegam acompanhadas de suas famílias, e cada família apresenta, ao mesmo tempo, características semelhantes e distintas. As famílias que possuem filhos com a faixa etária aparentemente a partir de 10 anos ficam mais tempo no local e levam bastante comida e bebida, não gastando dinheiro dentro do parque. Já as que chegam com crianças pequenas, abaixo de 10 anos, não levam a mesma quantidade de alimentos, no entanto ficam menos tempo na localidade. E, mesmo assim, não consomem muito os produtos que a cantina oferece.

A primeira pessoa examinada (APÊNDICE B) nessa área apresentou um comportamento mais despreocupado, porém, não a ponto de esquecer dos cuidados com o local e com sua parentela. O objetivo dela era descansar e permitir que todos aqueles que a acompanhavam usufríssem o local. Esta pessoa utilizou a área da piscina maior de água mineral do Parque como uma forma de relaxamento.

Já a segunda pessoa estudada (APÊNDICE C) comportou-se de maneira mais entusiasmada, trouxe a família e se divertiu com ela durante todo o tempo de permanência no local. Esta pessoa usufruiu mais dos atrativos da área da piscina maior (piscina e cantina).

Para Rubens Gonçalves Júnior, funcionário do setor de uso público do PNB, o parque em questão é o que possui mais propensão a incêndios e descuidos dos freqüentadores, e a maior causa da sujeira no local é o “analfabetismo ambiental”. Segundo ele, as trilhas ao final do dia são sempre encontradas cheias de lixo, os usuários realmente não têm consciência da necessidade de preservar a natureza e o pessoal da limpeza passa horas nas trilhas e nas piscinas recolhendo o lixo jogado para que os animais não sejam prejudicados.

Devido ao último incêndio ocorrido no dia 21 de agosto de 2007, o PNB vem causando enorme preocupação a todos os seus servidores, a trilha que leva a área queimada está interditada para que não ocorram mais incêndios naquele local e, também, porque os animais podem ter fugido das chamas localizando-se mais próximos ao parque. Dessa forma, ninguém sai agredido, nem as pessoas, nem os remanescentes da fauna e da flora. Porém, os usuários da Água Mineral não andam

respeitando a sinalização e continuam entrando nesta trilha fechada, assim, originando os motivos de tanta preocupação.

Dentro da área da piscina velha a variedade de grupos sociais é nítida. Existem muitas famílias grandes, pequenas, grupos de amigos, casais, pessoas sozinhas, dentre outros. Esta área se encontra mais cheia que a outra, conseqüentemente mais suja. Ao chegar no local de manhã bem cedo, o mesmo estava limpo, no decorrer do dia pôde-se enxergar todo tipo de lixo jogado em diversos cantos e barbaridades degradando a natureza. Talvez não a maioria, mas uma grande parte da comunidade que freqüentava esta área, não respeitava o meio ambiente.

Diversas mulheres passam creme para “clarear os pelos” ou óleo bronzeador e entram na piscina sem tomar uma ducha antes; crianças brincam com lixos (copos sujos, garrafas de plástico etc) dentro da piscina e jogam bola perto de indivíduos descansando; homens tomam bebidas alcoólicas disfarçadamente; fumantes largam o resto do cigarro nas plantas e na grama, sobras de alimentos no chão, e assim por diante.

De acordo com a pesquisa realizada identificou-se a falta de consciência ambiental, os sujeitos dentro do parque se portavam como se estivessem em um clube, como se nada lá dentro tivesse alguma relevância. Usufruir não é destruir, a educação ambiental é necessária nesta localidade. Entretanto, a culpa não é somente dos usuários, a administração do parque não se fazia presente, e não parecia preocupada em fazer muito do seu papel. Os fiscais que rondavam a localidade não chamavam a atenção de ninguém, davam a entender que tudo estava em seu perfeito curso.

A primeira pessoa averiguada nesta parte do PNB (APÊNDICE D) demonstrou que grau de instrução, de fato, não significa ter educação ambiental. Mesmo cursando ensino superior, durante as 4 horas e 40 minutos em que esteve no parque acompanhado por seus amigos, o indivíduo em questão jogou lixo e resto de cigarro no chão e fez uso de bebida alcoólica. Além disso, a falta de respeito com as mulheres que passavam denota uma certa ausência de moral e pouca educação com relação à vida em sociedade. Aproveitou os atrativos do Parque e se mostrou completamente despreocupado em relação à preservação destes.

A segunda pessoa apresentou (APÊNDICE E) um comportamento menos predatório, no entanto, não ambientalmente conscientizado como um todo. Não

jogou lixo no chão, porém, entrou na piscina com óleo bronzeador ainda no corpo e limpou a escova de cabelo deixando a sujeira na beirada da piscina. Mostrou-se tranqüila e não perturbou os grupos ao seu redor.

Em terceiro observou-se uma família (APÊNDICE F), esta transpareceu uma grande falta de respeito à natureza e, conseqüentemente, aos demais usuários do local. Os lixos eram deixados em qualquer lugar menos na lixeira; trouxeram bebida alcoólica e a tomaram disfarçadamente, ou seja, tinham a exata noção da ilegalidade do que faziam; as mulheres passaram creme para “clarear os pelos” e entraram na piscina sem primeiro tomar uma ducha. Esta família teve um comportamento completamente hostil à natureza, aproveitaram todos os atrativos ali dispostos, pareciam apreciá-los e ainda sim, não os respeitaram.

O último indivíduo observado (APÊNDICE F) demonstrou uma maior percepção ambiental, desfrutou da trilha, da piscina e da área verde ao redor desta sem deixar qualquer vestígio e sem desrespeitar a comunidade ali inserida. Teve um comportamento sereno no decorrer das 3 horas e 15 minutos que ficou no PNB.

Durante a observação pode-se verificar um fato curioso, a maioria dos freqüentadores aparentam ser de origem mais humilde e moram em locais bem distantes do PNB. Não existia essa percepção de que as pessoas viriam de tão longe para freqüentar o Parque.

3.3 Análise comparativa das normas do PNB com o uso dos seus freqüentadores

Depois de vistas as normas de visitação do Parque Nacional de Brasília e analisados os comportamentos dos freqüentadores da sua área de lazer, constata-se que estes não respeitam por completo o local e suas exigências de preservação e segurança. Sempre existirá a exceção, infelizmente, desta vez, foi a minoria que se apresentou mais consciente.

Nota-se, também, uma diferença de limpeza dos dias de semana para os finais de semana, possivelmente por estes serem mais cheios, se encontram mais sujos.

É possível perceber que a conscientização ambiental carece, e muito, nos freqüentadores, mas não é certo culpá-los de todos os danos causados no ambiente

em questão. A administração do PNB expõe suas normas em apenas uma das áreas de lazer, e mesmo assim de maneira não muito perceptível. A educação ambiental deve ser ensinada por quem domina este conteúdo e apresentada como forma de melhor convívio com a natureza.

Uma questão que merece destaque é a falta de coleta de lixo e limpeza em geral no decorrer do período aberto à visitação do Parque. Os freqüentadores, ao verem a sujeira se acumular no chão, entendem aquilo como um descaso não só deles, mas, também, da própria gestão, o que leva à maior parte dos referidos freqüentadores a se sentirem desmotivados a cuidar da limpeza local. Desta forma, o ideal seria manter equipes de limpeza em todo o perímetro utilizado por particulares, realizando a coleta do lixo espalhado, bem como do que se encontra nos recipientes próprios, até como forma de incentivar a população a agir de forma mais “amigável” com o meio ambiente.

3.4 A percepção dos freqüentadores do Parque Nacional de Brasília

Após aplicados os questionários pôde-se averiguar que, dentre os entrevistados, a maioria (3) percebe que boa parte dos freqüentadores do Parque não o respeitam da forma que deveriam. Que sempre há lixos espalhados, crianças atrapalhando o descanso alheio, uso de drogas ilícitas e etc.

A minoria que acredita que o PNB é muito bem preservado pelos seus usuários, ao ser observada não mostrou o devido respeito ao local e às pessoas. Ou seja, não tem consciência do mal que ela própria ocasiona.

As pessoas que de certa forma respeitaram o local tinham apenas o 2º grau completo sendo assim, verifica-se que a falta de educação ambiental não está somente no grau de instrução. As pessoas que cursam faculdade, ou já cursaram demonstraram total falta de consideração com a natureza.

As pessoas mais jovens entrevistadas dizem que os atrativos do Parque alcançam todas suas expectativas, já os mais velhos acreditam que falta um pouco mais de atividades relacionadas às crianças, como parques infantis, quadra de areia entre outros, e ,também, sentem falta de guias instruídos para as trilhas. As necessidades mudam de acordo com a idade, as pessoas mais velhas vão acompanhadas de seus filhos pequenos, dessa forma tendo uma visão mais ampla

do que poderia agradar a todos, os mais novos estão mais preocupados com seus interesses.

Dentre os entrevistados apenas uma (1) pessoa chegou mais próxima do conceito de Parque Nacional ao dizer que “é uma reserva natural aberta ao público”, o restante acredita que é um local apenas para trazer a família, para se divertir, descansar, passar o tempo livre. Alguns também citam que apesar de ser uma área de lazer é uma reserva natural, mas não parecem entender bem o intuito dos Parques Nacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro observado no PNB, no que diz respeito ao seu uso público, percebe-se necessária uma nova forma de educação ambiental que realmente sensibilize as pessoas que freqüentam o local.

Como abordado na fundamentação teórica, o Parque Nacional de Brasília possui extrema relevância, tanto para a fauna e flora do bioma Cerrado, como para a comunidade brasiliense. Sendo assim, o PNB deve ser mantido sob cuidados do poder público em parceria com a sociedade, para que continue oferecendo benefícios de lazer e preservação, dentre outros.

Foi possível verificar que, no geral, os freqüentadores não têm muita consciência da importância do Parque. Pode-se dizer que a consciência existe, porém, na hora da prática é como se desaparecesse. No entanto, o local também é utilizado por indivíduos ambientalmente educados, que ajudam na sua preservação.

Nota-se, também, que os usuários do PNB não têm uma percepção, com relação a si e com os próximos, do uso do ambiente. Fica claro que não conhecem todas as normas do local e os cuidados necessários para mantê-lo limpo e vivo. Não percebendo suas próprias atitudes predatórias em relação à natureza.

Entretanto, os freqüentadores possuem apenas parcela da culpa pela sujeira encontrada no local. A gestão do PNB mostra-se por vezes falha e insuficiente: não há fiscais bastantes para alertarem os usuários quanto ao devido aproveitamento do Parque; os fiscais que há não desempenham satisfatoriamente suas funções; a limpeza não é realizada com a freqüência necessária; as normas não se encontram visivelmente expostas; e, não é disponibilizado aos visitantes em geral procedimentos de educação ambiental.

Foram encontradas algumas dificuldades na realização do presente trabalho, tais como: as saídas de campo ao IBAMA para obtenção de informações, local em que os funcionários mostravam pouco ou nenhum conhecimento acerca das questões propostas e revelaram não possuir materiais úteis à pesquisa; e o clima seco de Brasília, que este ano esteve mais rigoroso que o habitual, durante os momentos de observação de indivíduos.

Este estudo teve grande relevância para uma futura carreira considerada, e pode ser de extremo auxílio a trabalhos acadêmicos e científicos por vir sobre o

Parque Nacional de Brasília. Pode ser considerado um alerta, uma crítica construtiva à administração do Parque, para que ela possa implementar medidas com relação aos seus pontos deficientes. Podendo, também, ser utilizado como ponto de partida para uma melhor preservação do local.

REFERÊNCIAS

- BEYER, Rosane. *Turismo e meio ambiente: uma leitura de parques nacionais*. Percurso: Curitiba em turismo. Faculdades Integradas Curitiba, v.1, n.1, pág. 91, jan. 2002.
- BRASIL, Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Programa Nacional de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Planejamento de lazer no Brasil: valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- FERRETTI, Eliane Regina. *Turismo e meio ambiente*. São Paulo: Roca, 2002.
- FONSECA, Fernando Oliveira (org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações, 1971.
- MELO, Victor Andrade e ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do trabalho científico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- OLIVEIRA, Marta Maria Gomes de. *Parque ecológico e de uso múltiplo Olhos D'água: um estudo de caso como contribuição para o planejamento e a gestão de parques urbanos no Distrito Federal*. 2004. 159 f. Programa de Pós-Graduação Planejamento e Gestão Ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. 2004.
- OSHIYAMA, Sâmia Diniz. *A viabilidade ambiental de assentamentos urbanos no entorno de unidade de conservação: o caso do condomínio mini-granjas do Torto*.

2007. 154 f. Programa de Pós-Graduação Planejamento e Gestão Ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília (no prelo).

PACHECO, Inês Sampaio. *Análise da Ampliação do Parque Nacional de Brasília e de Conflitos Sócio-Ambientais no seu Entorno: O caso do Núcleo Rural Boa Esperança, DF*. 2006. Programa de Pós-Graduação Planejamento e Gestão Ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. 2006.

PIRES, Paulo dos Santos. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHLÜTER, Regina G.. *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph, 2003.

WEARING, Stephen e NEIL, John. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri, SP: Manole, 2001.

SITES

ABDALA, Guilherme Cardoso. *Uma abordagem socioecológica do Parque Nacional de Brasília – estudo de caso*. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129774por.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2007.

AMBIENTE BRASIL S/S LTDA. *Educação Ambiental*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./educacao/educacao.html>>. Acesso em: 11 de setembro de 2007.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2007.

BRASIL, Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=72&seq_tp_documento=3&seq_finaliddoc=7>. Acesso em: 21 de agosto de 2007.

BRASIL, Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Diário Oficial da União, Brasília, 25 set. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2007.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/QUADRO/2000.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2007.

BRASIL, Lei nº 11.285, de 08 de março de 2006. Altera os limites do Parque Nacional de Brasília. Diário Oficial da União, Brasília, 9 ago. 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11285.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2007.

CAESB. Resultados na Rede de Distribuição: síntese por sistemas de abastecimento. Brasília: 2007. Disponível em:

<<http://www.caesb.df.gov.br/Downloads/ResultadoRededeDistribuicao.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2007.

IBAMA. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/revista/brasil/texto_brasilia.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2007.

MAFERRI JUNIOR, João. *Valores, lazer e recreação na sociedade contemporânea*. 2004. 99 f. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004. Disponível em:

<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/16710.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2007.

MINISTÉRIO, Araci Cruzatto. A chegada dos dois milhões. 2000. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/pgd_artigo2milhoes.html>. Acesso em: 27 de abril de 2007.

SATO, Sandra. Área do Parque Nacional de Brasília sobe para 46 mil hectares.

Disponível em: <<http://www.brasiloste.com.br/noticia/1175/parque-nacional-de-brasilia>>. Acesso em: 28 de setembro de 2007.

SUPES (Superintendência do IBAMA no Distrito Federal). *Novidade no Parque Nacional de Brasília*: biblioteca ao ar livre. 2006. Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/df/index.php?id_menu=97&id_arg=25>. Acesso em: 23 de setembro de 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário:

*Quantos anos têm?

*Qual seu grau de escolaridade?

*Onde mora?

- 1) Como você avalia a utilização do Parque pelos frequentadores?
- 2) Os atrativos do Parque alcançam suas expectativas?
- 3) O que você entende sobre Parque Nacional?

APÊNDICE B

Quinta-feira 20/09/2007

1ª pessoa observada

Sexo: feminino

Idade: 42 anos

Grau de escolaridade: 2º grau completo

Residência: Santa Maria

Chegou às 9h30 acompanhada de duas crianças e dois adultos (um homem e uma mulher).

Sentou-se junto a uma mesa debaixo de uma árvore, arrumou a mochila e ajudou as crianças a passar protetor e pegar a toalha de banho.

Ficou sentada falando no celular até uma 10h.

Lanchou junto às crianças (trouxe tudo para o lanche, comida, bebida, copos não-descartáveis e guardanapo).

Levantou-se para tomar uma ducha.

Ao retornar deitou-se na rede e dormiu.

Por volta de 11h30 levantou-se e pediu ajuda de um dos adultos (mulher) a recolher a sujeira espalhada.

Arrumou as coisas.

Levantou-se para ir embora por volta de 12h15.

Respondeu a entrevista com muita boa vontade.

Entrevista:

- 1) muitas pessoas respeitam, assim 80% respeita. Agora os 20 você pode ver na outra piscina o pessoal não respeita muito, joga lixo. Aqui não, aqui o pessoal é mais organizado, mas na outra.
- 2) Ah, deveria ter um parquinho né? Deveria ter um campo pras pessoas jogar bola, né? Tipo uma quadra de areia pra jogar vôlei. Acho que deveria melhorar mais né?!
- 3) Olha, eu vim assim, eu entendo pouca coisa sabe? Agora que eu sei o que é o parque né, depois de 40 anos. Quando eu era pequena pra mim não existia,

parque nacional era uma coisa muito difícil, um acesso muito difícil sabe?
Agora não, eu sei que é, é isso aqui.

APÊNDICE C

Quinta-feira 20/09/2007

2ª pessoa observada

Sexo: Masculino

Idade: 31

Grau de escolaridade: 2º grau completo

Residência: Taguatinga

Chegou por volta das 10h20 acompanhado de uma mulher e duas crianças

Entrou e foi direto para a piscina com a família

Ficou na piscina até 11h, saiu para comprar refrigerante e depois entrou na piscina novamente.

Saiu da piscina e deitou-se de baixo de uma árvore, e ficou observando a família na piscina.

Respondeu a entrevista um pouco nervoso mas de boa vontade.

Foi embora por volta de 13h, e ao ir embora jogou no lixo as garrafas de refrigerante.

Entrevista:

- 1) O pessoal não respeita tanto. Usam drogas, que nem agora pouco um caszinho aqui fumando maconha bem aqui perto. É, lixo, alguns jogam no chão, foi pelo menos o que eu percebi. Fora isso, a água, a piscina, 70% das pessoas que vêm se comportam direitinho.
- 2) Podia ter assim, um parque pras crianças, mais divertimento particular pras crianças fora a água. E um acompanhante pra dar uma volta com a galera na trilha, pra conhecer melhor.
- 3) O parque nacional é onde as famílias vão se divertir né?! Passar um lazer, fazer um cooper, é um divertimento nos finais de semana e nas horas vagas e fora que é uma área ambiental de preservação. Tem que preservar mais, porque pegou um incêndio aqui né? O pessoal deixa toco de cigarro, lixo, isso ai também atrapalha bastante o parque.

APÊNDICE D

Sábado 29/09/2007

1ª pessoa observada

Sexo: masculino

Idade: 21 anos

Grau de escolaridade: 3º grau incompleto

Residência: Gama

Chegou 8h20 com mais dois amigos.

Sentou-se perto da piscina debaixo de uma pequena árvore.

Comeu laranja e jogou o bagaço no chão (havia um lixo bem próximo da árvore).

Foi nadar com um dos amigos.

9h saiu da piscina e abriu uma garrafa de refrigerante que parecia conter bebida alcoólica (vodka).

Junto ao seu grupo de amigos desrespeitavam todas as mulheres que passavam por perto.

10h15 foi em direção à trilha, largou um copo descartável por perto da entrada da trilha e retornou à área piscina.

Fumou e jogou o resto do cigarro no chão.

Ficou sentado conversando com os amigos e observando as pessoas na piscina até umas 11h50.

Levantou-se respondeu a entrevista de boa vontade porém um pouco apressado.

Foi ao banheiro e sentou-se atrás de uma das cantinas perto da trilha da capivara.

Ficou sentado atrás da cantina conversando com uma menina até 12h30.

Levantou-se voltou ao seu grupo de amigos e por volta de 13h foi embora.

Entrevista:

- 1) Pô, tem um tempo que eu não venho aqui, mas ta de boa, ta do mesmo jeito , quase o mesmo jeito que antes, que antigamente. Ta legal, ta de boa.
- 2) É, alguns respeitam outros não ai é, mas cada um tem que fazer a parte né, cada um cada um.
- 3) É, hoje, pô, tem que preservar, cuidar né, pra gente sempre ter o melhor.

APÊNDICE E

Sábado 29/09/2007

2ª pessoa observada

Sexo: feminino

Idade: 16

Grau de escolaridade: 2º grau incompleto

Residência: Asa Norte

Chegou as 8h40, acompanhada de uma senhora.

Esticou a toalha no chão bem próximo a piscina e sentou-se

Passou óleo bronzeador e se deitou

9h46 levantou, passou mais bronzeador e deitou em diferente posição

10h20 se levantou e entrou na piscina sem tomar uma ducha para tirar o bronzeador do corpo

10h44 saiu da piscina deu uma volta na área da piscina e sentou-se na toalha

Começou a desembaraçar os cabelos, ao tirar os cabelos na escova jogada no chão ao lado da toalha.

11h40 respondeu a entrevista de boa vontade e foi embora por volta de 12h

Entrevista:

- 1) O pessoal respeita sim o parque, pela volta que eu dei aqui não vi muito lixo jogado, a piscina é limpa também, acho que respeitam sim.
- 2) Ah, o lugar é perfeito pra vir né, é a primeira vez que eu venho, é bem tranquilo, bonito, gostei muito.
- 3) É uma reserva natural aberta ao público, pra todo mundo se divertir.

APÊNDICE F

Domingo 30/09/2007

1ª Observação: uma família

sexos: 1 masculino adulto, 1 masculino criança, 2 feminino adulto, 1 feminino criança

idade: crianças aparentemente 6/7 anos; adultos aparentemente dos 35 aos 40 anos

Grau de escolaridade: não informado

Residência: não informado

Chegaram por volta das 8h trazendo um cesta de piquenique, duas mochilas, uma caixa isopor e uma garrafa térmica.

Foram para uma mesa perto da fonte da piscina e ajeitaram as coisas

Uma das mulheres começou a fazer uma mistura de creme dentro de uma caneca de plástico

Outra mulher começou a ajeitar as comidas e bebidas em cima da mesa e tirou a cesta dois copos de vidro. (é proibido levar vidro)

O homem levou as crianças para a piscina e voltou em 30 minutos

A primeira mulher estava passando creme para “clarear os pelos” pelo corpo

A segunda mulher fumava sem para e jogava as pitas de cigarro no chão

O homem abriu uma cerveja, tomava um gole rápido e escondia a cerveja debaixo de um saco para ninguém ver.

Por volta das dez horas a primeira mulher entrou na piscina sem tomar uma ducha para tirar o creme.

A menina pegou a lata de cerveja sem o homem ver e lavou a latinha na piscina e a encheu de água para lavar a mão da segunda mulher que estava na mesa.

Saíram todos para a piscina deixando as coisas sozinhas em cima da mesa, e demoraram quase uma hora para voltar.

11h30 não quiseram responder a entrevista.

Não os observei mais, porém 12h30 ainda estavam no Parque.

APÊNDICE G

Domingo 30/09/2007

2ª pessoa observada

sexo: feminino

idade: 22 anos

Grau de escolaridade: 2º grau completo

Residência: Vale do Amanhecer – Planaltina

Chegou as 9h45 sozinha.

Esticou a toalha na grama próxima aos banheiros e as cantinas e passou óleo bronzeador, deitou-se para tomar sol.

10h40 sentou-se na toalha e ficou somente observando as pessoas no parque.

10h55 levantou-se para ir a cantina, comprou um salgadinho e uma água. Jogou o guardanapo e a garrafa no lixo.

11h10 fez uma curta caminhada na trilha da capivara.

Ao voltar tomou uma ducha e entrou na piscina, demorou 30 minutos e voltou a tomar sol.

12h respondeu a entrevista de muita boa vontade e voltou a ficar sentada observando tudo a sua volta.

Não trouxe nenhum tipo de lanche, somente uma toalha e uma mochila pequena.

Foi embora logo em seguida.

Entrevista:

- 1) eu vim mais pra tomar sol, .assim mas eu prefiro dia de semana ai eu gosto, acho bem tranquilo, agora final de semana, fico pouco tempo ou não venho. Eu acho que dia de semana as pessoas respeitam, mas final de semana não, principalmente essa piscina, a outra maior o pessoal respeita mais, só que lá não tem trilha né.
- 2) Acho que sim, o pessoal vem mais por causa do cooper, pra nadar. Agora final de semana tem mais bagunça assim. Eu gosto mesmo de vir pra pegar sol.

- 3) Parque Nacional é um lugar de reserva natural, árvore, animal, diz que tem macaco por aqui mas eu nunca vi né, ainda bem (riu), mas é normal porque é Parque Nacional.

APÊNDICE H

Figura 3: lata de lixo da área da piscina velha



Figura 4: gramado da área da piscina nova



Figura 5: placa que fica ao lado da fonte de água da piscina velha



Figura 6: fonte de água da piscina velha junto a placa



Figura 7: fonte de água da piscina velha



Figura 8: córrego na área da piscina velha



Figura 9: área da piscina nova



Figura 10: piscina nova



Figura 11: piscina velha



Figura 12: parte mais rasa da piscina velha



ANEXOS

ANEXO A**DECRETO Nº 241, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1961.**

Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS , usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, da Emenda Constitucional nº 4, e, CONSIDERANDO que o art. 175 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados do Poder Público às obras, monumentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza; CONSIDERANDO que as florestas existentes na área do Distrito Federal, merecem proteção e cuidados especiais por parte dos Poderes Públicos, em virtude de serem elas protetoras de mananciais existentes na região, CONSIDERANDO a importância dessas florestas na sua função protetora dos rios que abastecem de água a Capital Federal; CONSIDERANDO que o dispõem os artigos 5º alínea c , 9º e seus parágrafos, 10 e 56, do Código Florestal, aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934;

DECRETA:

Art 1º Fica criado, no Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília (PNB), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 2º O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 30.000 hectares, situado entre os paralelos 15º 35' e 15º 45' e os meridianos 48º 5' e 48º 53' com a seguinte linha divisória: ao norte, nordeste e noroeste, pela Estrada Parque de Contorno - EPTC; ao sul, pela Estrada Parque Acampamento - EPAC; ao sudeste, pelo Córrego acampamento, a sudeste pela Estrada Parque de Contorno EPATC; ao leste, pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA e pela Estrada Parque de Contorno - EPTC e ao oeste, pela Estrada Parque de Contorno – EPTC.

Art 3º A área definitiva do Parque será fixada depois do indispensável estudo e reconhecimento da região, a serem realizados sob orientação e fiscalização do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 4º As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais integrantes da área do Parque ficam sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal, baixado com o Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

Art 5º Fica o Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimentos com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), com a Prefeitura do Distrito Federal e com eventuais proprietários de áreas e benfeitorias situados dentro do perímetro do Parque, para o fim especial de promover doações e efetuar desapropriações, podendo, ainda, adotar outras medidas que se fizerem necessárias para a sua instalação definitiva.

Art 6º A administração do Parque Nacional de Brasília e as atividades a êle afetas serão exercidas por servidores do Ministério da Agricultura, especialmente designados para êsse fim.

Art 7º - O Ministério da Agricultura baixará, oportunamente, um regimento para o Parque Nacional de Brasília, dispondo sobre a sua organização e funcionamento.

Art 8º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

TANCREDO NEVES.

Armando Monteiro.

ANEXO B

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2o Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV - (VETADO)

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os

meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

ANEXO C

DECRETO Nº 84.017, DE 21 DE SETEMBRO DE 1979.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o artigo 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art . 1º - Fica aprovado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros que com este baixa.

Art . 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ângelo Amaury Stabile

PARQUES NACIONAIS

REGULAMENTO

Art . 1º - Este Regulamento estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais.

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se Parques Nacionais, as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.

§ 2º - Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos; ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Art . 2º - Serão considerados Parques Nacionais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I - Possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios

geomorfológicos e os " habitats ", ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico;

II - Tenham sido objeto, por parte da União, de medidas efetivas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênicos, que determinaram a criação do Parque Nacional;

III - Condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos, ou recreativos.

Art . 3º - O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques Nacionais devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais abrangidos.

Art . 4º - Os Parques Nacionais, compreendendo terras, valores e benfeitorias, serão administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Art . 6º - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

Art . 7º - O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Nacional que poderá, conforme o caso, conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características:

I - Zona Intangível - É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando a mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação garantindo a evolução natural.

II - Zona Primitiva - É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação

do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.

III - Zona de Uso Extensivo - É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos.

IV - Zona da Uso Intensivo - É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

V - Zona Histórico-Cultural - É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretada para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

VI - Zona de Recuperação - É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

VII - Zona de Uso Especial - É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.

Art . 8º - São vedadas, dentro da área dos Parques Nacionais, quaisquer obras de aterros, escavações, contenção de encostas ou atividades de correções, adubações ou recuperação dos solos.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo ou de Uso Especial, poderão, eventualmente, ser autorizadas obras ou serviços, desde que interfiram o mínimo

possível com o ambiente natural e se restrinjam ao previsto nos respectivos Planos de Manejo.

Art . 9º - Não são permitidas, dentro das áreas dos Parques Nacionais, quaisquer obras de barragens, hidroelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alteração de margens e outras atividades que possam alterar suas condições hídricas naturais.

Parágrafo Único - Quaisquer projetos para aproveitamento limitado e local dos recursos hídricos dos Parques Nacionais, devem estar condicionados rigorosamente ao objetivo primordial de evitar alterações ou perturbações no equilíbrio do solo, água, flora, fauna e paisagem, restringindo-se ao indicado no seu Plano de Manejo.

Art . 10 - É expressamente proibida a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - A coleta ou apanha de espécimes vegetais só será permitida para fins estritamente científicos, de acordo com projeto a ser aprovado pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido a Departamento Nacional de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, e quando seja de interesse dos Parques Nacionais.

Art . 11 - O abate e o corte, bem como o plantio de árvores, arbustos e demais formas de vegetação só serão admitidos nas Zonas de Uso Intensivo, Uso Especial e Histórico-Cultural, mediante as diretrizes dos respectivos Planos de Manejo.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo e de Uso Especial, os arranjos paisagísticos darão preferência à utilização de espécies das formações naturais dos ecossistemas do próprio Parque Nacional, limitando-se ao mínimo indispensável a utilização de espécies estranhas à região.

Art . 12 - Nas Zonas Intangível, Primitiva e de Uso Extensivo, não será permitida interferência na sucessão vegetal, salvo em casos de existência de espécies estranhas ao ecossistema local, ou quando cientificamente comprovada a necessidade de restauração.

Parágrafo Único - A necessidade de eliminação de espécies estranhas comprovar-se-á por pesquisa científica.

Art . 13 - É expressamente proibida a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna dos Parques Nacionais, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.

Parágrafo Único - A coleta ou apanha de espécimes animais só será permitida para fins estritamente científicos, de acordo com projeto a ser aprovado pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e quando seja do interesse dos Parques Nacionais.

Art . 14 - É vedada a introdução de espécies estranhas aos ecossistemas protegidos.

Art . 15 - A título de regra geral, o controle da população animal ficará entregue aos fatores naturais de equilíbrio, incluindo os predadores naturais.

§ 1º - O controle adicional será permitido em casos especiais, cientificamente comprovados, desde que realizado sob orientação de pesquisador especializado e mediante fiscalização da Administração dos Parques Nacionais.

§ 2º - É proibido o exercício de caça esportiva ou amadorista no recinto dos Parques Nacionais, ainda que para efeito de controle da superpopulação animal.

Art . 16 - Os animais domésticos, domesticados ou amansados, sejam aborígenes ou alienígenas, não poderão ser admitidos nos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade, poderá ser autorizada, pela Presidência do Instituto Brasileira de Desenvolvimento Florestal – IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, a introdução e permanência de animais domésticos destinados ao serviço dos Parques Nacionais, observadas as determinações do respectivo Plano de Manejo.

Art . 17 - Os exemplares de espécies alienígenas, serão removidos ou eliminados com aplicação de métodos que minimizem perturbações no ecossistema e preservem a primitivismo das áreas, sob a responsabilidade de pessoal qualificado.

Parágrafo Único - Se a espécie já estiver integrada no ecossistema, nele vivendo como naturalizada e se, para sua erradicação, for necessário o emprego de métodos excessivamente perturbadores do ambiente, permitir-se-á sua evolução normal.

Art . 18 - Somente será realizado o controle de doenças e pragas, mediante autorização fornecida pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido a Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, após apreciação de projeto minucioso, baseado em conhecimentos técnicos, cientificamente aceitos e sob direta supervisão dos respectivos diretores.

Art . 19 - É lícito reintroduzir espécies, ou com eles repovoar os Parques Nacionais, sempre que estudos técnico-científicos aconselharam essa prática, e mediante

autorização da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes.

Art . 20 - Toda e qualquer instalação necessária à infraestrutura dos Parques Nacionais, sujeitar-se-á a cuidadosos estudos de integração paisagística, aprovados pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes.

Art . 21 - É expressamente proibida a instalação ou afixação de placas, tapumes, avisos ou sinais, quaisquer outras formas de comunicação audio-visual ou de publicidade que não tenham relação direta com o programa interpretativo dos Parques Nacionais.

Art . 22 - É vedado o abandono de lixo, detritos ou outros materiais, que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica dos Parques Nacionais.

Art . 23 - É expressamente proibida a prática de qualquer ato que possa provocar a ocorrência de incêndio nas áreas dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - O fogo só será usado como técnica de manejo, quando indicado no Plano de Manejo.

Art . 24 - É vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam de interesse do Parque Nacional.

Art . 25 - O desenvolvimento físico dos Parques Nacionais limitar-se-á ao essencialmente adequado para o seu manejo.

Art . 26 - A locação, os projetos e os materiais usados nas obras dos Parques Nacionais devem condizer com os ambientes a proteger e revestir-se da melhor qualidade possível.

Art . 27 - Só serão admitidas residências nos Parques Nacionais, se destinadas aos que exerçam funções inerentes ao seu manejo.

§ 1º - As residências concentrar-se-ão nas áreas indicadas no respectivo Plano de Manejo, de preferência na periferia dos Parques Nacionais e afastadas da Zona Intangível.

§ 2º - O uso de residências nos Parques Nacionais obedecerá à regulamentação própria, a ser estabelecida quando da aprovação de seu Plano de Manejo.

Art . 28 - Só será permitida a construção de campos de pouso na área dos Parques Nacionais, quando revelar-se impraticável sua localização fora de seus limites ou quando indicada no Plano de Manejo, excluído o uso indiscriminado pelo público.

Art . 29 - Os despejos, dejetos e detritos que se originarem das atividades permitidas nos Parques Nacionais, deverão ser tratados e expelidos além de seus limites.

Parágrafo Único - Sempre que tal medida revelar-se impossível, serão empregadas técnicas adequadas, tais como: aterro sanitário, incineração ou qualquer outra forma de tratamento que torne os detritos inócuos para o ambiente, seus habitantes e sua fauna.

Art . 30 - A utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Nacionais, impõe a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações homem-meio ambiente.

Art . 31 - Para recepção, orientação e motivação do público, os Parques Nacionais disporão de Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo e onde se proporcionará aos visitantes oportunidade para bem aquilatar seu valor e importância.

Art . 32 - Os Centros de Visitantes disporão de museus, de salas de exposições, e de exibições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização, de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Art . 33 - Para o desenvolvimento das atividades de interpretação ao ar livre, os Parques Nacionais disporão de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando a melhor apreciação da vida animal e vegetal.

Art . 34 - As atividades desenvolvidas ao ar livre, os passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos Parques Nacionais.

Art . 35 - Sempre que possível, os locais destinados a acampamento, estacionamento, abrigo, restaurante e hotel, localizar-se-ão fora do perímetro dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - Sempre que absolutamente necessária, com o fim de proporcionar ao público maiores oportunidades de apreciar e de se beneficiar dos valores dos Parques Nacionais, a localização dessas facilidades dentro dos seus limites, restringir-se-á às zonas de Uso Intensivo, nas condições previstas no Plano de Manejo.

Art . 36 - A direção dos Parques Nacionais poderá permitir a venda de artefatos e objetos adequados às finalidades de interpretação.

Art . 37 - As atividades religiosas, reuniões de associações ou outros eventos, só serão autorizados pela direção dos Parques Nacionais, quando:

I - existir entre o evento e o Parque Nacional uma relação real de causa e efeito;

II - contribuirem efetivamente para que o público bem compreenda as finalidades dos Parques Nacionais;

III - a celebração do evento não trazer prejuízo ao patrimônio natural a preservar.

Art . 38 - São proibidos o ingresso e a permanência nos Parques Nacionais de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados a corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora.

Art . 39 - As atividades de pesquisa, estudos e reconhecimento, somente serão exercidas após autorização prévia da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, obedecendo sempre os termos da convenção para Proteção das Belezas Cênicas, da Flora e da Fauna dos Países da América.

Art . 40 - Autorizações especiais para estudo ou pesquisa somente serão concedidas nos seguintes casos:

I - quando do interesse ao manejo do próprio Parque Nacional;

II - se indispensáveis para dirimir dúvidas biológicas a respeito das espécies dificilmente encontráveis fora da área protegida.

§ 1º - Não se permitirá a coleta ou apanha de espécimes para formar coleções ou mostruários, exceto quando de interesse exclusivo do Parque Nacional.

§ 2º - Para obtenção de autorização especial é indispensável que o interessado pertença a instituição científica oficial ou credenciada, ou que a elas seja indicado.

Art . 41 - O estudo para criação de Parques, Nacionais deve considerar as necessidades do sistema nacional de unidades de conservação, onde amostras dos principais ecossistemas naturais fiquem preservadas, evitando-se o estabelecimento de unidades isoladas que não permitam total segurança para a proteção dos recursos naturais renováveis.

Art . 42 - Propostas para criação de Parques Nacionais devem ser precedidas de estudos demonstrativos das bases técnico - científicas e sócio-econômicas, que justifiquem sua implantação.

Art . 43 - O Decreto de criação de Parques Nacionais estabelecerá o prazo dentro do qual será executado e aprovado o respectivo Plano de Manejo.

§ 1º - Para os Parques Nacionais já criados, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, providenciará, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) anos, a elaboração dos respectivos Planos de Manejo.

§ 2º - O Plano de Manejo sofrerá revisão periódica a cada 5(cinco) anos, obedecendo-se no entanto o estabelecido no plano básico.

Art . 44 - Os Parques Nacionais disporão de estrutura administrativa compreendendo: direção, pessoal, material, orçamento e serviços.

Art . 45 - Os Parques Nacionais serão dirigidos por diretores designados pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade técnico - científica no que se refere a conservação da natureza.

Art . 46 - O horário normal de trabalho nos Parques Nacionais é idêntico ao fixado para a serviço público federal, ressalvados os regimes especiais estabelecidos no regimento interno de cada Parque, para atender a atividades específicas.

Art . 47 - A visitação a utilização de áreas de acampamento, abrigos coletivos ou outros nos Parques Nacionais, ficam condicionadas ao pagamento das contribuições fixadas pela Presidência do Instituto Brasileira de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 48 - As rendas resultantes do exercício de atividades de uso indireto dos recursos dos Parques Nacionais, bem como subvenções, dotações e outras que estes vierem a receber, inclusive as multas previstas neste regulamento, serão recolhidas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A - BNCC, a crédito do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 49 - As pessoas físicas ou jurídicas, que infringirem as disposições do presente Regulamento, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - multa;

II - apreensão;

III - embargo.

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§ 2º - A aplicação das penalidades previstas neste Regulamento não exonera o infrator das cominações civis ou penais cabíveis.

Art . 50 - Multa é a penalidade pecuniária aplicada ao infrator pelos fiscais do Parque Nacional e fixada com base no maior valor de referência vigente no País.

Parágrafo Único - As multas, consoante a gravidade da infração, classificam-se em:

I - Preventiva - relativas à ação ou omissão do que resulte perigo de dano, e à presença em locais proibidos ao acesso humano. Valor: 1(um) valor de referência;

II - Repressivas - relativas à ação ou omissão de que resulte dano real à flora, à fauna ou a instalações do Parque Nacional, e às obras ou iniciativas tais como referidas no art. 52. Valor: de 2 (dois) a 50 (cinquenta) valores de referência.

Art . 51 - Apreensão é a captura de armas, munições, material de caça ou pesca, e do produto da infração, irregularmente introduzidos ou colhidos no Parque.

Parágrafo Único - Dá lugar à apreensão e simples posse dos objetos ou produtos referidos neste artigo, independentemente da aplicação de multa.

Art . 52 - Embargo é a interdição de obras ou iniciativas não expressamente autorizadas ou previstas no Plano de Manejo, ou que não obedeçam às prescrições regulamentares.

Parágrafo Único - Ocorrendo o embargo, o infrator será obrigado a reparar os danos, sem prejuízo da aplicação de multa repressiva.

Art . 53 - Respondem solidariamente pela infração:

I - Seu autor material;

II - O mandante;

III - Quem, de qualquer modo, concorra para a prática da mesma.

Art . 54 - Se a infração for cometida por servidor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a penalidade será determinada após a instauração de processo administrativo, na forma da legislação em vigor.

Art . 55 - A multa será fixada em função da gravidade da infração e dos prejuízos que o ato que a caracterizou causar ao patrimônio natural e material dos Parques Nacionais.

Art . 56 - Para cada Parque Nacional será baixado, quando da aprovação de seu Plano de Manejo, um regimento interno que particularizará situações peculiares, tendo como base o presente Regulamento.

Art . 57 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.